

Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M521	Melhores práticas em planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-558-7 DOI 10.22533/at.ed.587192308 1. Planejamento regional. 2. Planejamento urbano – Brasil. I.Martins, Bianca Camargo. CDD 711.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A exclusão socioespacial brasileira é um fato alarmante. O difícil acesso de grande parte da população à plena vida urbana é resultado de uma sucessão de políticas públicas inadequadas e incipientes que, muitas vezes, se distanciam das necessidades e anseios da população. Partindo do pressuposto de que o direito à cidade é um direito básico e significa a garantia a terra urbanizada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos, a habitação de qualidade e a inclusão social da população, o presente livro visa apresentar pesquisas que se destacam ao abordar de diferentes formas a crise urbana em que vivemos e apontar boas práticas de planejamento.

Nos vinte e seis capítulos que integram a obra “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, o leitor é convidado a percorrer as mais diversas áreas do território brasileiro a partir do ponto de vista dos autores convidados e conhecer novas perspectivas, mostrando a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional.

Acredito que os textos aqui contidos representam grandes avanços para o meio acadêmico. Em um momento crítico para a pesquisa e para as políticas urbanas, a Editora Atena se mostra consoante com a intenção de fomentar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção da promoção de políticas urbanas cada vez mais justas e inclusivas.

Aproveite a leitura!
Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROCESOS RECIENTES DE ORDENACIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN ARGENTINA Y EL NORDESTE (2003-2015)	
Miguel Ángel Barreto Roxana Evelyn Abildgaard	
DOI 10.22533/at.ed.5871923081	
CAPÍTULO 2	15
O ÍCONE ARQUITETÔNICO CULTURAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE BARCELONA	
Geise Brizotti Pasquotto	
DOI 10.22533/at.ed.5871923082	
CAPÍTULO 3	36
DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.5871923083	
CAPÍTULO 4	50
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FIFA-COI E A IMINÊNCIA DO ESPAÇO ERÓTICO	
Amanda de Lisio João Gabriel Rabello Sodré	
DOI 10.22533/at.ed.5871923084	
CAPÍTULO 5	65
APLICAÇÃO DA TEORIA DE GRAFOS E ANÁLISE ESPACIAL PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS GEOGRÁFICOS: UM ESTUDO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO HIPERCENTRO DE BELO	
Antônio Hot Pereira de Faria Diego Filipe Cordeiro Alves Leônidas Conceição Barroso	
DOI 10.22533/at.ed.5871923085	
CAPÍTULO 6	80
A DINÂMICA ATUAL DO SETOR PRODUTIVO E SUAS CONTEMPORÂNEAS INTERAÇÕES: EXEMPLOS DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ	
Carlos Casemiro Casaril	
DOI 10.22533/at.ed.5871923086	
CAPÍTULO 7	98
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO ESTADO DE GOIÁS	
Vanessa Marzano Araujo Marisa dos Reis Azevedo Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5871923087	
CAPÍTULO 8	110
DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDUZIDO PELA INDÚSTRIA? OBSERVAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO MÉDIO PARAÍBA-RJ	
Bianca Louzada Xavier Vasconcellos	
DOI 10.22533/at.ed.5871923088	

CAPÍTULO 9	124
EXPANSÃO URBANA E ARENA POLÍTICA EM CIDADE HISTÓRICA: A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS-GO	
Neio Campos Benny Schvasberg Ricardo Farret	
DOI 10.22533/at.ed.5871923089	
CAPÍTULO 10	139
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO PAULO DE 2009 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.58719230810	
CAPÍTULO 11	153
IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	
Leandro Oliveira Silva Maria Eliza Alves Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.58719230811	
CAPÍTULO 12	169
O POTENCIAL DO SELO CASA AZUL NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL	
Henriette da Silva Perbeils Mauro Cesar de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58719230812	
CAPÍTULO 13	193
AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO (APO): A QUALIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)	
Celina Maria Rodrigues Pinto Anacléa de Araújo Bernardo Arthur Rodrigues Feijão	
DOI 10.22533/at.ed.58719230813	
CAPÍTULO 14	203
QUALIDADE DE VIDA EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS	
Luciana Inês Gomes Miron Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230814	
CAPÍTULO 15	220
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA RESIDENCIAL-UFRJ: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA	
Maria Julieta Nunes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.58719230815	

CAPÍTULO 16	232
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, ZEIS DE VAZIOS, NA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Sandra Teixeira Malvese	
DOI 10.22533/at.ed.58719230816	
CAPÍTULO 17	246
INCLUSÃO TERRITORIAL: EFETIVIDADE DO DIREITO VIA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	
Elisa Quint de Souza de Oliveira	
Pedro Martins	
DOI 10.22533/at.ed.58719230817	
CAPÍTULO 18	259
AS DINÂMICAS DA RENOVAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – REESTRUTURAÇÃO URBANA DO SUL DE SÃO PAULO	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230818	
CAPÍTULO 19	271
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS COMO ALTERNATIVA PARA ECONOMIA URBANA	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230819	
CAPÍTULO 20	289
ANÁLISE DE VIABILIDADE MERCADOLÓGICA POR MEIO DO ESTUDO DE MACROZONAS DE OFERTA	
Camila Carneiro Canedo Custódio	
Marcos Túlio Campos Cândido	
Maria Carolina Brandstetter	
Pedro Henrique de Moraes Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.58719230820	
CAPÍTULO 21	306
ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA UTILIZANDO OS ÍNDICES DE SHARPE E SORTINO	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230821	
CAPÍTULO 22	315
ANÁLISE COMPARATIVA DE RISCO E RETORNO ENTRE TÍTULOS PÚBLICOS E MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230822	
CAPÍTULO 23	326
PROCESSO DE GESTÃO DE PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE, BRASIL	
Luciana Inês Gomes Miron	
Nathalia Danezi	
Cristiane Cassol Schvarstzhaupt	
DOI 10.22533/at.ed.58719230823	

CAPÍTULO 24	339
INFRAESTRUTURA VERDE: CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Daniella do Amaral Mello Bonatto	
DOI 10.22533/at.ed.58719230824	
CAPÍTULO 25	352
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS – EXTREMA-MG	
Carlos Mello Garcias	
Liz Ehlke Cidreira	
Alessandro Bertolino	
Stephanie Louise Inácio Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230825	
CAPÍTULO 26	366
O MEIO AMBIENTE COMO DEFINIDOR DE FRONTEIRAS E CENTRALIDADES NO ESTUÁRIO DO RIO MACAÉ	
João Lemos Cordeiro Sayd	
DOI 10.22533/at.ed.58719230826	
SOBRE A ORGANIZADORA	379
ÍNDICE REMISSIVO	380

DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO

Wilton de Araujo Medeiros

RESUMO: Distanciados no tempo por cerca de quarenta anos, os discursos e as práticas urbanísticas de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff aqui abordadas, mostram a amplitude e a abertura do campo urbanístico. Que, por ser dessa forma, se constitui como um “saber”. E precisamente por ter tais características, possui inércia suficiente a impulsionar duração de cada gesto imaginado. Embora tendo a cidade como objeto e suas complexidades, é um saber diretamente relacionado a escala do território ou da cidade, podendo ser resultado de atuação política ou do universo acadêmico – a depender do urbanista que o adota como objeto de conhecimentos e de intervenções. Amplitude e abertura de saber que ficam demonstradas no texto a seguir, elaborado a partir de discursos e práticas observadas em Gerônimo Bueno e Edgar Graeff, ambos tendo atuado em Goiânia, em momentos e contextos distintos.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; prática; escalas do urbanismo.

ABSTRACT: Distanced in time for about 40 years, speeches and urbanistic practices of Geronimo Bueno and Edgar Graeff dealt with here, show the breadth and openness of the urban field. That, for being that way, is a “knowing”.

And precisely for having such characteristics, has enough inertia to boost duration of any guessed. Although the city as object and its complexities, is a knowledge directly related to scale the territory or city, and may be a result of political action or the academic universe – depending on the urbanist that adopts as an object of knowledge and interventions. Breadth and openness to know that are demonstrated in the following text, drawn from speeches and practices observed in Geronimo Bueno and Edgar Graeff, both having worked in Goiânia, in different contexts and times.

KEYWORDS: speech; practice; scales of urbanism.

1 | INTRODUÇÃO: URBANISMO COMO “SABER” ENTRE A POLÍTICA E A ACADEMIA

Ao falar sobre as experiências diversas que as escalas do território e da cidade proporcionam à experiência do sensível, Secchi (2006) mostra que essas experiências são inevitavelmente influenciadas por fluxos de discursos. Conforme veremos no decorrer desse texto, embora estejam distanciados no tempo, por cerca de quatro décadas, e, ao serem contrapostos, os discursos urbanísticos de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff deixam entrever que, os vestígios sensíveis de uma

prática, e os discursos que a apoiaram, aparecem como “duas camadas entre as quais se situam os movimentos da sociedade” (pág. 19). Para Secchi, essas camadas são interligadas de maneira nem sempre clara e previsível.

Porém, Secchi não especifica se esta imprevisibilidade ocorre em movimentos sincrônicos ou diacrônicos da sociedade. Embora trace panoramas sobre as figuras da continuidade e da fragmentação ao longo do século XX, desde suas origens iluministas e conseqüente cisão epistemológica entre objeto e sujeito, não chega a detalhar historicamente essa relação entre práticas e discursos. Mas isso é intencional, já que para Secchi o urbanismo não é uma ciência, mas sim um “saber”. É desse modo que interessa fazer intersecções entre sujeitos e objetos – mesmo que aparentemente contraditórias, distantes, como no caso em tela. Assim é, ao tratarmos de fluxos de discursos e práticas urbanísticas em Gerônimo Bueno e Edgar Graeff: dois protagonistas do urbanismo de Goiânia, Bueno na esfera política e Graeff na esfera acadêmica.

Analiticamente vistos diacronicamente, são discursos que versam sobre território e cidade, de maneiras não tão imprevisíveis assim, se, compararmos o que dizem, com as esferas onde atuam e os períodos em que se situam historicamente. Percebe-se que Bueno postulou a escala do território como excêntrica à cidade, no contexto das políticas de interiorização do Brasil, entre os anos de 1930 e 1950. Por sua vez, Graeff densificou entre críticas, descrições e análises, seus escritos acadêmicos, aprofundando sobre o que seja a “morada humana”, a cidade em seus próprios termos, não pretextos de desenvolvimento territorial.

Contextualmente distintos, sem qualquer obrigatoriedade de demarcar fragmentações ou continuidades, essa visão diacrônica é “boa para pensar” sobre como Secchi entende o que seja urbanismo: um saber relativo aos modos de construção, à contínua mudança e melhoramento do espaço habitável e, em particular, da cidade – e isso perpassa por aparentes descontinuidades, sejam nas escalas, sejam nos *locis* de atuação dos urbanistas. Assim sendo, pensar esses discursos, práticas e contextos distanciados no tempo não quer significar necessariamente buscar por uma ordem ou a figura concatenável. Até porque, como diz Secchi, o decorrer do século XX, em que o urbanismo se consolida e se institucionaliza, é permeado pela figura do fragmento, que é oposta à da continuidade, ambas igualmente enraizadas no passado.

Seus objetos, seus sujeitos, suas intersecções, seus discursos, suas práticas, são vistos como um saber de tipo *patchwork*: “feito de peças próximas umas às outras e com várias origens e histórias” (págs. 27; 43). Assim, no presente texto veremos que, tanto os discursos quanto os âmbitos de atuação profissional de Gerônimo Bueno e Edgar Graeff podem ser emoldurados por esse quadro teórico. Tendo-os enquanto sujeitos, Goiânia, como objeto. E o modo como abordam as escalas da cidade e do território, como problemas que encaminham a produção de um conhecimento específico de um “saber”, urbanístico.

2 | GERÔNIMO BUENO, POLÍTICA E URBANISMO: POR UM OLHAR EXCÊNTRICO A GOIÂNIA

A junção entre política e urbanismo no Brasil pode ser observada não apenas nas obras de embelezamento urbano. Levadas a efeito em diversas cidades, sobretudo, capitais, desde a segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX, com aberturas de avenidas, obras de saneamento, paisagismos, ou transformações de largos religiosos em praças públicas. Por vezes, concepções de cidades novas, muitas delas localizadas em frentes de colonização, importantes capitais como: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas.

Derivam de sua importância, também por conterem em si a direção e o sentido da interiorização do país. Isto fez da junção entre política e urbanismo, um dos mais importantes componentes de análise da configuração da nação, das cidades ao território. A construção de Brasília, é a epítome disso: um sistema de rodovias, conectores de capital federal e país. Corroborando a tese de que a força do Brasil estava em seu interior, e, o paradoxo de que o sertão era lugar de atraso, cuja fricção desloca o atraso para um lugar sempre mais distante.

A perspicácia política de Gerônimo Bueno para costurar a tessitura dos discursos, na linha do urbanismo como inserção prática, é marca do período em que dirige a construção de Goiânia (1935 – 1937) até o fim de sua carreira como Senador da República (1954-1962). Assim sendo, Silva (1997, p. 39) denota em Jerônimo Bueno a construção política de Brasília, desde que conseguiu a adesão de Juscelino Kubitschek como candidato ao pleito presidencial. Contudo, se analisarmos acuradamente as injunções entre urbanismo e política, feitas por Bueno, sobretudo no período em que foi Governador de Goiás (1947-1950), e de que maneira propôs de modo excêntrico à capital Goiânia olhar para o extenso território que a circundava, veremos que a construção política de Brasília por Bueno se deu muito antes de sua proximidade com Kubitschek.

Durante parte do período em que foi governador de Goiás, Coimbra Bueno participou, concomitantemente, como membro da Comissão especial de mudança da Capital da República (1946-1948). Lembrando que, entre 1935 e 1937, havia sido engenheiro construtor da nova capital de Goiás, e, já à época dava mostras de que as formas de sua atuação urbanística em Goiânia, eram na verdade, prolongamento de sua anterior militância pró-interiorização do Brasil:

Desejamos, nesta oportunidade, pedir a atenção dos homens públicos para os nossos grandes problemas, já equacionados ou em execução. (...) Todos os esforços conjugados do Estado e da União, deverão ser sempre norteados pelo denominador comum – da interiorização da Capital Federal, obra inadiável de salvação nacional (Diário Oficial: 15/07/1950).

Está claro, nessa citação, que Coimbra Bueno não se refere à urbanização de Goiânia como um “grande problema” a ser resolvido, e sim a construção de Brasília

e a interiorização do Brasil. Trata-se, portanto, de pensar a escala territorial, e não a escala local. Pelo viés político, atuava deliberadamente na escala territorial, e não na escala local, da capital, onde residia e a partir da qual cumpria seu mandato de governador.

Como o governante anterior a Bueno administrara pessoalmente Goiânia durante doze anos (1933 – 1945), havia a expectativa de que também Bueno tivesse semelhante ou até maior dedicação ao urbanismo. Mesmo porque o seu escritório, sediado no Rio de Janeiro, encontrava-se em franca expansão – tendo feito inclusive o Plano Diretor de Curitiba em 1942 com Donat Agache. A não ocorrência disso, fez recrudescer a oposição do PSD de Goiás, multiplicando-se as críticas dos populares,

Ausente de Goiânia inicialmente tendo por causa a referida Comissão, nos anos que se seguem a 1947, Bueno continuamente ausenta-se em decorrência dos projetos de imigração e de estudos regionais que também elaborou junto ao Governo Federal.

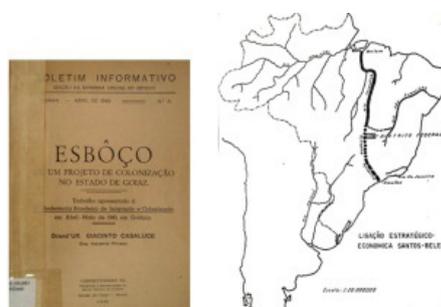


Figura 2: Boletim Informativo nº 5. Fonte: Academia Goiana de Letras/ Casa Altamiro de Moura Pacheco.

Figura 3: ilustração do texto *Rio Tocantins – ‘o Mississipi da América do Sul*, em que Coimbra Bueno, dentre outras coisas, propõe a interligação entre Belém Norte, Sul e Nordeste, por meio de rodovia, ferrovia e hidrovia. Fonte: DEMOSTHENES, 1947, p.63,

Conseqüentemente, foi gerando uma arena política que o deslocava do interesse pela continuidade de planificação de Goiânia, tendo em vista a planificação do interior do Estado, da região do Brasil Central e, por conseguinte, também do território nacional. Portanto, em decorrência disso, os principais pontos do programa de governo de Coimbra Bueno eram excêntricos a Goiânia.

Por outro lado, como explicam diversos autores, grande parte da antipatia por Coimbra Bueno em Goiânia, deveu-se aos seus “gananciosos avanços imobiliários”. Ao adquirir áreas rurais, e transformá-las em loteamentos urbanos, alterou a planta oficial da cidade – ver em Maciel (1996, p. 161); Unes (2001, pp. 68-69); Ribeiro (2004); *et all*.

Energizando ambas as coisas, a questão central, é que, ao longo do processo de interiorização da Capital Federal desde o início do século XIX como mostra Vidal (2009, p. 37), processo esse intensificado após o advento da República, concomitantemente políticos e intelectuais goianos apropriaram-se da posição que Quadrilátero Cruls ocuparia, ou seja, dentro do Estado de Goiás. Além disso, como durante muito tempo

o que prevaleceu foi a indefinição a respeito do local exato onde seria edificada a nova cidade, os goianos aventavam a possibilidade de Goiânia vir a ser a capital do Brasil, do mesmo modo que os mineiros propunham que fosse Belo Horizonte.

Portanto, a atuação urbanística de Gerônimo Bueno insere-se nesse contexto político, porém de modo excêntrico à capital de Goiás, estende-se ao território do Brasil Central. Dando prioridade à política em âmbito federal, alinha-se às políticas de colonização: “Para isso, a C.R.O. promoveria excursões de representantes estrangeiros e de missões comerciais e econômicas em visita ao Brasil, além de procurar atrair-lhes a atenção por todos os demais meios ao seu alcance” (BUENO, 1961, s/p.). Interessante perceber que essa canalização de recursos e mão de obra estrangeira deveria ocorrer no Oeste, ou seja, numa “região”. Isso mostra que os seus interlocutores são os brasileiros, e não os goianos.

Conforme Bueno, a finalidade número um da Cruzada rumo ao Oeste era: “desenvolver, solidamente, as raízes da civilização brasileira” (BUENO, 1961, p. 8) – Ver Figura 1, acima – aproximando o Oeste dos centros metropolitanos. Isso Bueno procura equacionar em seu governo com a proposta de abertura de “grandes vias de acesso” que seriam as precursoras da interiorização da Capital Federal:

As “grandes vias” de acesso e penetração, serão as precursoras da maior obra da nacionalidade em todos os tempos: - a interiorização de sua Capital. E foi por isto que nos deslocamos da área palaciana de Goiânia, para os distantes rincões de nosso Estado, e para a Capital Federal, onde passamos boa parte de nosso tempo e lutamos com uma equipe de bons brasileiros, (...) não ao regionalismo acanhado de um Estado pobre, mas ao cumprimento essencial e preliminar do Artigo 4º da Constituição Federal que está sendo realizado, isto é – preparo e desenvolvimento preliminar do Planalto Central – para tornar-se sede da administração Federal (Diário Oficial, 15/07/1950).

Como se vê, Coimbra Bueno novamente deixa bastante claro a instrumentalização de seu governo para a interiorização da Capital Federal, deslocando-se da capital para o interior do Estado e região, onde passa a maior parte do seu tempo, muito mais preocupado com o preparo e desenvolvimento preliminar do Planalto Central para que esse viesse a tornar-se sede da administração Federal.

Essas injunções políticas de Bueno mostram que a urbanística de Gerônimo Bueno deriva da ideia de “um saber que se move em um setor muito aberto” (SECCHI, 2006, p. 49), em que cada elemento e o conjunto inteiro adquirem sentido para nós quando relacionados reciprocamente sobre um plano contextual.

Na verdade, o período em que Gerônimo Bueno atuou como Governador de Goiás corresponde ao período em que proporcionalmente houve maior urbanização de sua capital. Porém, sem continuidade da urbanística original, os inúmeros novos loteamentos nesse período aprovados, passaram a compor uma simples justaposição de fragmentos ou somatória de plantas. Efeitos de *plantismo* como diria Martinez (2000, pág. 39), cujas críticas, diria Graeff (1985), evocam uma teoria da composição que vai muito além da cidade por seus grafismos.

É sobre a teoria da composição que vai muito além da cidade por seus grafismos, em discurso e prática acadêmica focalizando a cidade em seus próprios termos na análise de Edgar Graeff sobre Goiânia, que veremos a seguir alguns aspectos do discurso fundante que desloca o urbanismo de sua esfera prevalentemente política e territorial, para uma esfera cujos contributos acadêmicos tornam-se essenciais para a reformulação daquilo que talvez seja mais “interno ao urbanismo” (SECCHI, 2006: 60): a escala da cidade, mas não pelo viés da história da cidade, e sim por uma história própria ao urbanismo.

3 | GOIÂNIA VISTA POR EDGAR GRAEFF: PARA ALÉM DOS SEUS GRAFISMOS, OS SENTIDOS DE UMA “IDENTIDADE PROFUNDA”

Edgar Graeff construiu a sua obra teórica e crítica a partir da noção de composição do espaço arquitetônico, desde o início de suas atividades docentes, tendo publicado diversos textos sobre composição no decorrer dos anos de 1950. Embora a princípio tenha tomado por base autores estrangeiros como Bruno Zevi, Leonardo Benévolo e Lewis Mumford, a partir de meados dos anos de 1960 se empenha em identificar as especificidades da composição na arquitetura brasileira. Com isso, por um lado rebatia as críticas internacionais feitas à arquitetura brasileira. Por outro, aprofundava o seu pensamento arquitetônico.

Sempre atuando academicamente, embora também tenha atuado como projetista, Graeff debruçou-se desde o início dos anos de 1970 sobre a pesquisa Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira, e daí em diante passou a aprofundar suas investigações sobre a composição e suas especificidades brasileiras, por cerca de quinze anos. Por exemplo, em 1979, elabora o conceito amplo de arquitetura como “morada do homem”. Desenvolve e publica tal conceito nos Cadernos Brasileiros de Arquitetura da Editora Projeto, o livro “Edifício”, em que propõe uma ampliação da escala da arquitetura, e com isso o prestígio desta, para a escala da cidade (GRAEFF, 1979, p. 71).

Desde meados dos anos de 1970 Graeff havia sido contratado como professor e consultor na Universidade Católica de Goiás. Tendo sido expulso em 1968 da Universidade de Brasília pela ditadura dos militares, passou a atuar profissionalmente em Goiânia. Desse modo, Goiânia foi uma das cidades que estudou para elaborar o processo de ampliação da escala da morada humana do edifício para a cidade como um todo.

A escala humana é fundamentalmente a escala das percepções estéticas do ser humano. Não se baseia em qualquer dimensão do corpo, mas nasce de uma medida de consciência humana – consciência que não pode ser definida por meio de deduções matemáticas e malabarismos geométricos, mas somente através de sínteses históricas e culturais. (GRAEFF, 1979, p. 28).

Esclarece o autor, que essa abordagem sobre a arquitetura brasileira pelo

viés histórico-cultural deu-se como respostas às críticas internacionais, que vinham ocorrendo nos anos de 1950. (GRAEFF, 1979, p. 1). E, como dá a entender também o próprio Graeff, essa defesa teórica sobre a arquitetura brasileira foi se consolidando nesse período, em que também o autor se consolida como teórico e crítico de renome nacional, publicando em diversos lugares do meio acadêmico brasileiro:

Quando se tornou público o resultado do concurso nacional para obtenção do 'Plano Piloto' para a nova capital do Brasil, os estudantes da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul me pediram que comentasse o assunto. Da palestra então proferida resultou o presente ensaio crítico publicado em 1957 na Revista Brasiliense, de São Paulo, e, posteriormente, em 1959 na Coletânea de meus trabalhos escritos, organizada e editada pelos estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais sob o título Arquitetura e o homem. (GRAEFF, 1979, p. 21).

Conforme é possível observar no relato acima pelas datas citadas, nesse período Graeff era professor no Rio Grande do Sul. Pelo que constam nos seus dados biográficos, exerceu intensa atividade profissional e didática, tendo sido um dos fundadores dos cursos de arquitetura em duas universidades federais: no Rio Grande do Sul, em meados nos anos de 1940 e em Brasília no início dos anos de 1960.

Ao longo dessas duas décadas, a sua principal linha de defesa da arquitetura brasileira se deu em torno da noção teórica de “escala humana”, ou seja, da arquitetura como síntese histórico-cultural. Ainda no primeiro quartel dos anos de 1960, nos primeiros anos de funcionamento do curso de arquitetura, Graeff foi expulso da Universidade de Brasília e também da Universidade do Rio Grande do Sul pela ditadura dos militares.

Conforme consta em seus relatos,

Para sobreviver e defender o direito ao trabalho no meu ofício docente, precisei realizar cursos de curta duração e palestras em quase todas as escolas de arquitetura do país. Nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil, comecei a perceber que há traços de família entre cidades como Brasília, Goiânia, Olinda, Recife, Fortaleza, Belém, Londrina... (GRAEFF, 1980, p. 106).

Goiânia aparece dentre esses locais estudados por Graeff “nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil”. Nesse período de sua trajetória profissional, Graeff não tinha emprego fixo, porém, essa condição o favorecia a continuar desenvolvendo a temática da “escala humana” como principal característica da arquitetura brasileira, precisamente por causa das oportunidades de deslocamentos para diversos locais do país.

Como era muito conhecido por rebater as críticas de teóricos internacionais como Bruno Zevi à arquitetura brasileira, era chamado para dar cursos de curta duração do Norte ao Sul do país. Portanto, esta condição de deslocamentos pelo país veio não apenas a consolidar ainda mais as suas ponderações sobre arquitetura brasileira, como o levou a ampliar as suas observações sobre o que as unia nas diferenças locais: “É como se essas arquiteturas falassem dialetos diferentes, mas todas com o mesmo sotaque”. (Ídem).

O contato com as diversas manifestações da arquitetura brasileira, também o levou, por consequência a analisar os vínculos entre teoria e prática, já que as diferenças locais eram expressões de práticas locais, e desse modo a pensar acerca da prática da teoria no Brasil e no mundo (GRAEFF, 1979, pp. 77-82).

Todos os fatos e processos do campo da arquitetura constituem naturalmente objetos de aplicação da reflexão crítica, mas destacam-se entre eles a obra executada e o processo da sua realização. Este, porque constitui a própria prática da arquitetura e aquela porque é o seu produto. (GRAEFF, 1979, p. 79).

Como se vê, os aspectos da “arquitetura como obra” e “o processo de sua realização” foram se destacando nas reflexões feitas por Graeff nesse período: a prática da arquitetura vai influenciar nas suas proposições teóricas. Com isso um dos principais frutos de suas reflexões foi o desenvolvimento da noção de arquitetura a partir da proposta de um “edifício-tipo”, ao qual denomina “morada do homem”. Esses frutos são imbricações de suas análises sobre teoria e prática da teoria, tendo como base as observações diretas das práticas da arquitetura (GRAEFF, 1979, p. 77). Foi também nesse período que passou a trabalhar na pesquisa *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, ou seja, a partir do início dos anos de 1970, e daí em diante trabalhou com essa temática por cerca de quinze anos.

Em 1979 Graeff publica nos Cadernos Brasileiros de Arquitetura da Editora Projeto o livro *Edifício* essencial sobre as suas análises até então apreendidas acerca da noção de “morada do homem” – “a arquitetura só poderá recuperar efetivamente seu prestígio na medida em que lhe for dado concentrar suas atenções no planejamento e na construção da “morada do homem” (GRAEFF, 1979, p. 71).

O referido livro, foi prefaciado por Lucio Costa, “a modo de prefácio” datado de 1975. Conforme esclarece na introdução, a obra foi feita a partir de uma encomenda de Otto Maria Carpeaux como verbete para a Enciclopédia Mirador Internacional. (GRAEFF, 1979, p. 7). A ampliação da “escala humana” como algo muito mais amplo e profundo do que o sistema de metragem ocidental, foi proposta por Graeff, desde os anos de 1950, e, tornou-se um dos motes para o desenvolvimento de sua teoria da arquitetura e urbanismo. Em *Edifício* esta abordagem é aprimorada, e, foi ainda mais ampliada, desde que Graeff passou a trabalhar em uma pesquisa para o Ministério da Educação, nos anos de 1980, intitulada *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, cujo produto lhe rendeu várias publicações, dentre as quais o livro *1983 – Goiânia: 50 anos*, sobre o qual serão abordadas algumas especificidades adiante.

Uma casa é uma casa, duas já constituem paisagem urbana. Nesse processo de complexidade crescente e especialização das atividades humanas – e de consequente desenvolvimento da cultura de morar –, a morada humana alcança dimensões que ultrapassam os limites do espaço edificado, do espaço rural e do espaço urbano, chegando hoje, graças às velocidades mecânicas e às telecomunicações, às fronteiras do agenciamento do espaço regional.

(...) Essa compreensão nova das origens das arquiteturas levou-me à reformulação

da hipótese das “Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira”, em que venho trabalhando há quase dez anos. (GRAEFF, 1980, pp. 105; 106).

Goiânia foi uma das cidades que Graeff estudou para elaborar o processo de ampliação da “escala humana” em “morada humana”, englobando, desde o edifício até a cidade como um todo, já que ambos são sempre partes de um todo indissociável. Embora apresentada, de modo bastante sintético, no folheto nº 2 da coletânea *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira / 1983 – Goiânia: 50 anos*, é possível compreender a noção de “morada humana” observada na cidade de Goiânia.

Conforme está estampado na capa do livro, do lado esquerdo (Figura 1) a escala “humana” da cidade aparece nos grafismos do mapa. E, do lado direito, no conjunto de edifícios expresso artisticamente, por causa das interpretações que faz sobre as elaborações do plano original, mas, também, como explica, pelo modo contraditório como o grafismo de Atílio Correia Lima foi apropriado por inúmeros desenhistas de loteamentos que configuraram a expansão urbana.



Figura 4: verso da capa do livro, mostrando o mapa da cidade e seus grafismos característicos.
Fonte: NDD da PUC-GOIÁS

Figura 5: frente da capa do livro. Fonte: NDD da PUC-GOIÁS.

No entanto, para o caso de Goiânia, a escala de humanidade, observada, não foi medida pelo *plus* de pura teoria, mas, do confronto entre o pensamento e a vida, ou, entre a teoria e a prática:

Esse tipo de confronto entre o pensamento e a vida – ou entre a teoria e a prática – está na raiz mesma do processo de formação e desenvolvimento das cidades. Mas no caso particular de Goiânia parece que as contradições se instalaram antes mesmo da cidade começar a tomar forma no espaço. (GRAEFF, 1985, p. 16).

Com isso, ao ressaltar as contradições da cidade, Graeff pode aparentemente ter sido contraditório. Já que, no decorrer de *1983 – Goiânia: 50 anos*, o discurso é menos elogioso do que o usual. Ressaltando que deve ser levado em conta, que o livro foi uma homenagem aos 50 anos de existência da cidade, por isso é que no opúsculo aparece o termo “cogitações cordiais”.

Contudo, no termo “cogitações cordiais” há um outro sentido, para além da licença poética. A poética, no caso, mas também no decorrer de toda a sua obra escrita, é uma forma de adentrar ao discurso acadêmico. E, nos fluxos deste, construir o conhecimento

arquitetural, teoria da arquitetura. Por exemplo, na página 33 discorre (poeticamente) sobre a necessidade de se compreender o que estava além dos grafismos do projeto urbano: no caso, o uso do *patte d'oie* no projeto original, sustentava ser um equívoco, porque “o famoso pé-de-pato não passa realmente de uma imagem gráfica, um rosto capaz de esconder diferentes corações” (GRAEFF, 1985, p. 18).

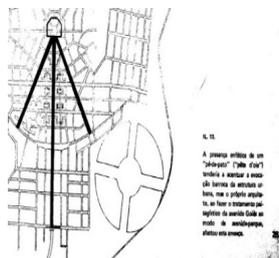


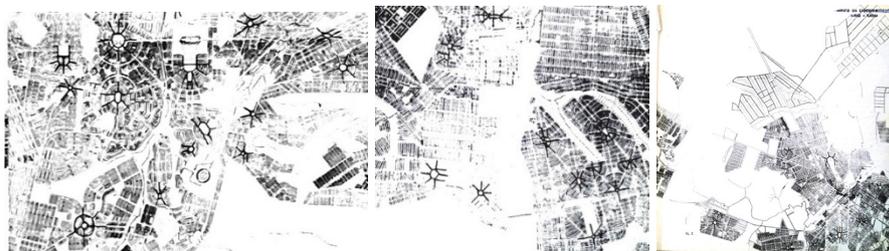
Figura 6: Edgar Graeff identifica grafismos no Plano de Atílio Correia Lima, o *patte d'oie*.

Fonte: GRAEFF, 1985:33.

Como se vê, a crítica se constitui como o objetivo do discurso. A poética, se constitui como uma ferramenta que leva à crítica. E são as constatações oriundas desta, que, concatenadas, constituem o conhecimento teórico. É necessário, porém, enfatizar o lugar central da prática nesta construção teórica. Ao mesmo tempo em que homenageia a cidade, ressalta a “humanidade”, estampada precisamente em suas “contradições”.

Observando tais contradições entre os grafismos do projeto e a realidade construída, o autor estabelece conhecimento teórico, porém, uma teoria eivada de elementos vividos. Podemos dizer assim: Graeff procura construir uma teoria da prática. E, as análises projetuais ocupam centralidade no decorrer da construção de tal discurso acadêmico.

Outro exemplo disso, é como diz à página 27: o traçado em asterisco por si só não constitui patrimônio ou ideologia de quem quer que seja. Existindo, simplesmente, em disponibilidade, o que vai imprimir sentido e significado às suas potencialidades funcionais e expressivas, é o *uso* que delas se faz – grifo meu. Observando diversas “contradições” no decorrer de todo o livro, o autor densifica a verve poético-crítica: “resultado a vitalidade e a graça que ainda hoje Goiânia exhibe, apesar de todos os pesares, e das deformações que vem sofrendo sob o impiedoso império do capitalismo selvagem”. (GRAEFF, 1985, p. 27).



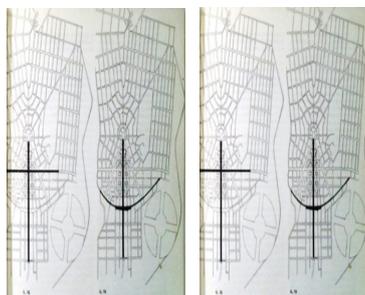
Figuras 7, 8 e 9: asteriscos tornaram-se á “cultura de morar” impregnando a contradição como “identidade profunda”.

Fonte: GRAEFF, 1985, p. 19-22.

Graeff identifica a contradição e o equívoco do grafismo como inerente à cultura de morar em Goiânia. Assim, é interessante perceber, que, o autor registra uma profunda tessitura entre a proposição do projeto e a prática da vida comum. Assim, ao identificar a contradição e o equívoco do grafismo de modo subjacente à cultura de morar, finda por constituir e estabelecer o discurso acadêmico na história do urbanismo em Goiânia. Com isso, o autor recusa aos ditames comuns da história oficial, e, atribui, por meio da teoria a “identidade profunda” da cidade: esse entrelaçamento entre projeto e vida.

É a esse entrelaçamento entre projeto e vida, que Graeff sempre se refere no decorrer de toda a sua obra escrita, desde que passou a criticar o *modulor* de Le Corbusier. Desse modo, “escala humana”, em Goiânia evidencia-se nas “contradições” presentes em diversos aspectos de seu plano urbanístico, elaborado por Attilio Correia Lima.

Para Graeff, a “humanidade” da cidade, estampada nessas “contradições”, bem como as formas como foram apropriadas por seus moradores, possibilitam a compreensão de sua “identidade profunda”. Por exemplo, o autor critica o simplismo de Yves Bruand que de modo acrítico vê semelhanças no mero grafismo ou *plantismo* do “sinal da cruz” de Goiânia como prefiguração de Brasília.



Figuras 10 e 11: correspondentes às ilustrações 18 e 19 sobre a crítica a grafismos poucos significativos no projeto urbano original de Goiânia.

Fonte: GRAEFF, 1985, p. 33.

“O que aí temos não passa de um sinal gráfico, pouco expressivo, como tantos outros. O cruzamento da avenida Goiás com a Paranaíba, também evoca o cruzamento dos eixos de Brasília, mas esta é uma semelhança irrelevante” (GRAEFF, 1985, p. 33).

Essa crítica a Bruand, é uma forma de desconstruir superficialidades. Ou seja, a busca do que chama de uma “identidade profunda”, é também a construção de uma teoria da arquitetura e do urbanismo. Sendo esse percurso crítico, identificando, contradições e superficialidades um modo de construção da própria teoria.

Então, Graeff também utiliza essa crítica feita a Bruand como forma de construir o seu argumento sobre a cidade como “morada humana”. Ou seja, desvendar o que é “morada humana” como forma de teorizar a partir da prática. Mostrando que, na prática. Goiânia precede Brasília, identifica o objeto cuja “identidade profunda”, é interpenetração entre urbanismo e cultura – e desta relação com a cultura, Graeff discorrerá vastamente em sua obra, sobretudo em seus escritos feitos no decorrer dos anos de 1980.

Muito além da bidimensionalidade do traçado, Goiânia prefigura Brasília. Prefigura uma prática que surge da teoria, e uma teoria a partir da prática, na figura da “cidade-parque”. Em seu “construir frondoso” – referindo às árvores que ocupam os canteiros centrais e as calçadas das principais avenidas –, Goiânia é a “cidade-parque” profundamente contraditória, desde a sua concepção barroca, referenciada na centralidade visual da cidade capital, assim como havia ocorrido em Versalhes, Whashington e Kalshue. Assim, os seus moradores, teriam preferido, obstruindo as visuais barrocas com árvores, uma vivência muito mais cordial do que visual.



Figura 12: ilustração na contra-capa do opúsculo “1983: Goiânia 50 anos”. Graeff copia esta figura do livro “Roteiro para construir no Nordeste”, de Armando de Holanda.

4 | CONSIDERAÇÕES

Como diz Secchi (2006), evidenciar o urbanismo enquanto conjunto de práticas e saberes carentes de uma arquitetura clara, construído em meio a vazios, de modo fragmentário, expõe por um lado a realidade de que o urbanismo não é o único responsável pela construção da cidade, e por outro, que entre a história da cidade e do território há paralelos, mas não podemos ter pretensões de coerências quanto àquilo que é externo ao urbanismo. Contudo, é no interior do campo urbanístico que se operam as mudanças em busca de uma coerência própria cada vez maior, ou pelo menos de uma menor autocontradição (Pág. 61).

Se observarmos as práticas e discursos de Bueno e Graeff na diacronia, podemos observar que discursos e práticas tão dispares demonstram o corpus de um saber muito aberto, mas é precisamente por ser um saber aberto tal como é o seu objeto seja em

qual escala for, que o urbanista surge como um dos poucos que se ocupa de maneira direta e explícita em compreender a complexidade de ações e decisões que poderão se prolongar por um longo período, um saber consciente da “inércia e da irrevogável duração de cada gesto imaginado. Nesse sentido, os discursos e as práticas de Bueno e Graeff ainda estão presentes entre nós.

REFERÊNCIAS

BOLETIM INFORMATIVO N° 5. Esboço de um projeto de colonização no Estado de Goiás. CASALUCE, Giacinto (Org.). Goiânia: Imprensa Oficial do Estado, 1949.

BUENO, Jerônimo Coimbra. Rio Tocantis – “o Mississipi da América do Sul”. In DEMOSTHENES, M. (Org.). Estudos sobre a nova capital do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1947.

_____. A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983: Goiânia 50 anos*. Goiânia: MEC/SECU, 1985.

_____. *Relações de parceria: cultura e arquitetura*. In Revista MODULO, edição 61 / novembro de 1980.

_____. *Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. São Paulo: Editora Projeto, 1979.

_____. *Cidade utopia*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

_____. *Arte e técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

MARTINÉZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília, Editora UnB, 2000.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1980].

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Luís Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: UFG, 1997.

SILVA, Lucia. *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 a Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: e-Papers, 2003.

UNES, Wolney. *Identidade art déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial. Goiânia, Ed. Da UFG, 2001.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás (IHGG) – Goiânia - Pasta dos Governadores (n° 2) Jerônimo Coimbra Bueno.

Diário Oficial (15/07/1950).

Decreto nº 49.873 de 11/01/1961 e Anexos (nº 1- Súmula da Carta de 1939 ao Getúlio Vargas; nº 2- Cruzada Rumo ao Oeste Discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido no Automóvel Clube de Goiás e Manifesto para a organização da “Cruzada rumo ao Oeste”- nº 3- Manifesto por uma civilização sertaneja- nº 4- Relatório da Comissão Preliminar de Estudos da civilização sertaneja (1956) membro: Abelardo Coimbra Bueno.

BUENO, Jerônimo Coimbra. A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Espacial 78
Arranjo Produtivo Local 98, 100

D

Desenvolvimento Sustentável 118, 352
Direito à Cidade 138, 252, 257

E

Economia Compartilhada 271, 287
Expansão Urbana 131, 137

H

Habitação de Interesse Social 152, 171, 193, 235, 236, 244, 245

I

Inclusão Territorial 246
Indústria Automobilística 98, 99, 101, 103, 104, 108
Infraestrutura Verde 350

M

Mercado Imobiliário 152, 271, 290, 294, 306, 315

N

Norma de Desempenho 171, 175, 189, 190, 191

P

Parques Urbanos 327, 328, 330, 335, 337
Patrimônio Cultural 125, 379
Percepção dos Usuários 212
Planejamento Urbano e Regional 2, 5, 3, 203, 326, 330, 348, 349, 366
Políticas de Planejamento Territorial 1
Políticas Públicas 110, 193, 352, 363, 364
Programa Minha Casa Minha Vida 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 151, 193, 196,
233, 236, 241, 244

Q

Qualidade de Vida 212

R

Redes de Transporte 366

Rede Urbana 80

Regularização Fundiária 223, 231, 246

S

Segurança Pública 79

Sustentabilidade 174, 192, 193, 348, 351

Z

Zonas Especiais de Interesse Social 232, 233, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-558-7

